

As águas de Massá e Meribá: análise textual de Êxodo 17, 1-7

MIGUEL GUSTAVO DE ALMEIDA¹

Resumo: O presente artigo é fruto da pesquisa da perícopes de Êxodo 17,1-7. Esse texto está entre os textos chamados "A caminhada no deserto". A perícopes teve sua composição no período pós-exílico, isto é, com o retorno daqueles que foram exilados na Babilônia durante 598 a 539 a.C. Durante o pós-exílio, houve a reconstrução do Templo bem como da identidade de Israel. Para tanto, o Templo se tornou sinal de opressão para o povo e sua história foi reescrita para justificar a sua importância e dos seus sacerdotes.

Palavras-chave: Êxodo 17,1-7; Exegese; Hermenêutica.

Abstract: The present article is the fruit of a survey of the pericope of Exodus 17: 1-7. This text is among the texts called "The Walk in the Desert". The pericope had its composition in the post-exilic period, that is, with the return of those who were exiled in Babylon during 598 to 539 bce. During post-exile, there was the rebuilding of the Temple as well as the identity of Israel. To this end, the Temple became a sign of oppression for the people and its history was rewritten to justify its importance and its priests.

-
1. Graduado em Filosofia pela Faculdade Dehoniana e graduando em Teologia pela mesma instituição. Este artigo científico é resultado da atividade acadêmica apresentada à disciplina de "Pentateuco e Livros históricos", sob a orientação do Prof^a Dra. Maria Antônia Marques.

Keywords: Exodus 17: 1-7; Exegesis; Hermeneutics.

Introdução

Esta pesquisa tem o intuito de fazer uma análise textual bíblica. Para tanto, escolhemos a perícopes encontrada no livro do Êxodo, capítulo dezessete, versículos de um a sete, fazendo assim um trabalho de pesquisa, que visa não somente os dados históricos e sociais do texto, mas também a mensagem escondida por trás da narrativa. Dessa forma, o estudo desse texto é dividido em cinco partes para melhor aprofundamento do texto bíblico.

A primeira parte intitulada de “Retrato e realidade: o contexto histórico no qual Ex 17,1-7 foi composto” traz em si uma análise do contexto histórico em que o texto em estudo foi escrito. Na segunda parte, com o título “Texto e contexto: a análise literária das ‘Águas de Massá e Meribá’”, fazemos uma análise literária do texto. Embora relate sobre um acontecimento no período da caminhada no deserto, o texto foi escrito em outro período, numa outra sociedade, esta que nos aprofundamos na terceira parte, cujo título é “De oprimido a opressor: a sociedade em que Êxodo 17,1-7 foi escrito”, explicitando a sociedade daquela época, que tem suas contribuições na composição do texto.

Sob o título “A terra cujo fruto se tornou oferenda: o cotidiano do povo oprimido”, a quarta parte explicita a microestrutura, isto é, o cotidiano do povo, não mostrando a realidade apenas de quem escreveu, mas também daqueles, que com suor do trabalho foram responsáveis pela manutenção do Templo, oferecendo não somente os seus animais ou plantações em forma de sacrifício, mas também a própria vida. A quinta parte intitulada de “O grito dos oprimidos: a voz do povo numa sociedade opressora” atualiza a mensagem de Ex 17,1-7, salientando a importância do clamor, da voz que clama por justiça.

A leitura do texto bíblico não deve se resumir nas linhas escritas na Bíblia, mas ir além da tinta sobre a página. É preciso fazer uma caminhada ao encontro das camadas textuais, da sociedade e do cotidiano do povo de quem se fala. Somente quando saímos ao encontro do texto que nos encontramos de fato com a mensagem nele escrita, possibilitando, assim, que o atualizemos no momento

em que vivemos.

1. Retrato e realidade: O contexto histórico no qual Ex 17,1-7 foi composto

A perícopé, objeto de estudo para nosso trabalho, está presente no livro do Êxodo, capítulo 17, versículos de 1 a 7. Para melhor entendimento do texto em questão, vamos nos aprofundar no contexto histórico em que o mesmo foi escrito, porém, iniciaremos explicitando a composição do livro do Êxodo, destacando suas características para na sequência entrarmos no contexto histórico.

1.1 O livro do Êxodo e suas características de composição

O livro do Êxodo faz parte do conjunto de livros chamados pela tradição cristã de Pentateuco, cujo nome é um termo grego que remonta a uma expressão da língua hebraica que denomina os “cinco estojos” que guardavam os cinco primeiros rolos da Bíblia. Os mesmos, na tradição judaica, são chamados de Torá.

O termo “êxodo”, que é título deste livro, provém do grego, que significa “saída”, porém, na Bíblia hebraica, o título dele é *Shemot*, que significa “os nomes”, conforme as primeiras palavras do livro. Nos 15 primeiros capítulos deste livro, é relatada a saída dos israelitas do Egito, saída esta que possui salutar importância na fé bíblica, pois ela é o centro da sua experiência de fé e constituição como povo. E é o marco fundante para o povo de Israel em relação a Deus, que é para eles seu libertador. Podemos dizer, ainda, que o Êxodo sinaliza o nascimento do povo de Israel.

Existe uma coerência em relação aos episódios presentes no livro do Êxodo, formando, assim, um relato articulado, dividido em três grandes períodos: presença de Israel no Egito (1,1-15,21); a caminhada no deserto (15-22) e a estada no Sinai (19,1-40,38).

Os textos que constituem o livro do Êxodo, possivelmente tiveram sua redação final por volta de 400 a.C. e foram escritos por diversas mãos em períodos diferentes, assim podemos distingui-los entre os provenientes do meio sacerdotal e os de outros ambientes. No centro dos relatos está a experiência de opressão sofrida pelo povo

que fugiu da escravidão e tem como consolo a presença libertadora de Deus junto deles, que se mostra sensível à violência e à injustiça por eles sofrida. Do ponto de vista teológico, o livro do Êxodo é o momento em que Deus se revela ao seu povo, se dá a conhecer.

Diante do sofrimento do povo de Israel, que teve sua identidade dilacerada no período do exílio, é necessário recontar a história de forma a justificar a nova forma de organização de uma nação que retorna para casa. Muitos eventos aconteceram para que a história fosse ressignificada na forma como tomamos contato hoje, porém, para bem entender o que está escrito além das palavras do texto em estudo, se faz necessário um aprofundamento no contexto em que ele foi escrito.

1.2 Conhecendo o contexto histórico em que Êxodo 17,1-7 foi escrito

Diante do texto do Êxodo 17,1-7, percebemos a intervenção divina por intermédio de Moisés, o qual pede a Deus pelo povo, diante de sua murmuração. Assim, nos é possível identificar este texto como de tradição sacerdotal, no qual Deus atende o povo por meio de um homem pré-estabelecido, no texto Moisés, no tempo do pós-exílio, o sacerdote. Dessa forma, conseguimos identificar que possivelmente esse texto ganhou redação final no pós-exílio, período em que o modelo de governo vigente de Israel era a teocracia, isto é, estava nas mãos dos sacerdotes a administração religiosa e política de Israel.

1.2.1 Entendendo o que foi o exílio da Babilônia

É considerado como período do exílio da Babilônia os anos entre 598 a.C. a 539 a.C. Na história do povo de Israel, percebemos muitos momentos de tensões, mas nenhum tão marcante como o exílio da Babilônia. A Babilônia estava adquirindo poder sobre os outros reinos, até mesmo o Egito foi submetido ao seu jugo. No reinado de Joaquim, Israel estava sob o domínio da Babilônia, para a qual pagava tributos já há três anos. Contudo, o rei tentou se rebelar contra o império babilônico, mas sem sucesso. A morte de Joaquim

se deu no mesmo período que se rebelou contra Nabucodonosor, rei da Babilônia, em 598 a.C., dessa forma, quem assumiu como rei foi seu filho Joaquin.

O reinado de Joaquin não foi muito longo, pois o rei da Babilônia logo o deportou junto com sua família, com a classe dirigente e com os artesãos especializados. Essa data de 598 a.C. é considerada pela história como a data do evento da primeira deportação, em que nem todos, mas apenas algumas pessoas foram deportadas, sobretudo àquelas ligadas ao rei. A segunda e a terceira deportações são datadas nos anos de 586 a.C. e 582 a.C., respectivamente. Fato é que a deportação aconteceu apenas com a classe dirigente, ficando ainda em Israel a classe camponesa.

Esse período de exílio teve seu fim com a conquista da Babilônia pelo rei persa Ciro, em 539 a.C., momento marcante para os deportados e as gerações que se sucederam, pois foi Ciro o responsável pelo retorno dos exilados para sua pátria, em 538 a.C., período que consideramos como início do pós-exílio.

1.2.2 O pós-exílio: retorno e reconstrução de uma nação devastada

Após a tomada da Babilônia pela Pérsia, o rei Ciro promulgou um edito que permitia o retorno dos exilados para Jerusalém e a reconstrução do Templo de Javé. O retorno dos exilados dá-se no ano de 538 a.C. A segunda etapa de retorno foi em 520 a.C., sob a guia de Zorobabel, nomeado pelos persas como governador civil, responsável pelo início da reconstrução do Templo de Jerusalém. Com ele veio também Josué, assim nomeado pelos persas como sumo sacerdote.

Um dos primeiros projetos que o grupo, liderado por Zorobabel, empreendeu foi a reconstrução do Templo, que em 515 a.C., com significativo progresso em seu andamento, foi dedicado para que se realizasse o exercício regular do culto.

Embora o Templo estivesse novamente construído e o culto restaurando, a estrutura econômica e administrativa estava caminhando em passo lentos, distante de voltar à prosperidade. Devido à falta de diligência e de compromisso em observar e executar as exigências do culto no Templo, a corte persa nomeou Neemias, em 445 a.C., como

governador e o enviou juntamente com o um batalhão de soldados, tendo como principal tarefa reconstruir e fortificar as muralhas de Jerusalém, repovoar a cidade e reformar o culto do Templo.

Todos esses movimentos de restauração do povo de Israel em seu retorno para sua pátria são chamados com o nome de “Pós-exílio”, período em que vemos gradualmente a reestruturação de Judá, após o longo período de devastação (“dilúvio”). Este novo começo é fundamentado e sustentado na Lei, e é justamente nesse mesmo período em que vários textos bíblicos foram reescritos com o intuito de justificar a organização no Templo e fortalecer o poder da Lei. É válido lembrar que nesse período o sistema de governo vigente em Judá continua a ser a teocracia, no qual o poder estava centralizado no Templo sob a custódia do sumo sacerdote.

1.2.3 A consolidação da Teocracia

A consolidação da teocracia se dá com o envio de Esdras e Neemias para Judá, com a finalidade de fortificá-la. Consolida-se o sistema do Templo e a teologia do puro e impuro sendo necessário para aquele que era considerado impuro participar da vida comunitária e do culto no Templo, fazer um sacrifício de purificação e fazer a entrega das oferendas para os sacerdotes. O meio de arrecadação de tributos para a manutenção da teocracia passou a ser o Templo e a Lei.

No sistema do Templo, “o sumo sacerdote não era apenas o chefe do culto, mas também o encarregado de administrar a comunidade judaica nas decisões políticas e sociais”². Dessa forma, as vestimentas do sumo sacerdote sustentavam sua autoridade no lugar do rei Javé.

Percebemos, também, que com a consolidação da teocracia se consolida o monoteísmo exclusivista, desenvolvendo-se um combate contra as demais divindades, as idolatrias. São os levitas, zelosos para com o cumprimento da Lei, que executam a sentença de Javé, que se mostra como um Deus único, vingativo e ciumento. É preciso que seja fiel e puro diante de Javé, quem assim for será abençoado com “riqueza, vida longa e descendência”³.

2. Maria Antônia MARQUES; Shigeyuki NAKANOSE, *A caminhada no deserto: entendendo o livro do Êxodo 15,22-18,27*, 2011, p. 67.

3. *Idem*, p. 68.

Os elementos descritos até aqui nos ajudam a compreender a formação do livro do Êxodo, sua divisão interna e o conteúdo que nele está contido. Compreender o que foi o pós-exílio e o governo teocrático, e conhecer seu contexto histórico, nos permite aprofundar ainda melhor nas linhas do texto de Êxodo 17,1-7 e a necessária investigação arqueológica, procurando seu sentido no contexto.

2. Texto e contexto: A análise literária das “Águas de Massá e Meribá”

A perícope em estudo está entre as narrativas do deserto (Ex 15, 22 – 18, 27), que descreve a caminhada do povo no deserto e as memórias de suas dificuldades nesse período. Essas narrativas podem ser divididas em seis unidades: [a.] água amarga (15, 22-27): falta de água para beber; [b.] o maná e as codornizes (16, 1-36): necessidade de comida; [c.] a água da rocha (17, 1-7): novamente a dificuldade da falta de água; [d.] guerra contra Amalec (17, 8-16): conflito com outros povos; [e.] encontro de Jetro com Moisés (18,1-12): o sogro de Moisés, sua esposa e seus dois filhos vão ao encontro de Moisés no deserto; e [f.] a descentralização do poder (18, 13-27): nova organização do povo⁴.

Como podemos observar acima, nosso texto se encontra no conjunto da terceira narrativa, esta que descreve a falta de água e a murmuração do povo contra Moisés. Considerando que possivelmente a redação final do livro do Êxodo se deu por volta do ano 400 a.C., com o retorno dos exilados da Babilônia para Jerusalém, iniciando novamente sua vida, e reconstruindo o Templo, símbolo da identidade do povo judeu, podemos acreditar que muitos não queriam sua reconstrução, sobretudo aquelas pessoas que não haviam sido exiladas, pois o Templo seria instrumento de opressão e não de aproximação junto ao Deus libertador. É nesse contexto que a perícope de Êxodo 17,1-7 foi escrita com a finalidade de legitimar o poder do sacerdote e da Lei, forma de governo vigente no período (governo teocrático), utilizando da caminhada do deserto para afirmar que quem murmura contra Moisés, contra o sacerdote, murmura contra Deus. “Por que discutis comigo? Por que pondeis o Senhor à

4. *Idem*, p. 12.

prova?” (Ex 17,2).

2.1 Delimitação e estrutura do texto

O texto das Águas de Massá e Meribá é uma perícopa, isto é, um conjunto, pequeno, de versículos que abordam um mesmo assunto ou tema, com começo, meio e fim⁵. Tal conclusão podemos chegar, pois num primeiro momento é descrito o problema em questão – a falta de água -, seguido pela murmuração do povo contra Moisés e contra o Senhor, tendo um desfecho, isto é, a resolução do problema da falta de água - a água que sai do rochedo que fora ferido por Moisés -, concluindo com o título de Massá e Meribá, nomes dados ao lugar em que o povo murmurou contra Deus – “Prova e Contenda” (Cf. Ex 17, 7).

Ao identificar o começo, o meio e o fim do texto, conseguimos elaborar uma estruturação que demonstra o movimento presente nele, explicitando, assim, o que é mais importante, o que é central no texto. Como a forma de escrever preferida pelos judeus era o quiasmo – “uma forma literária de escrever em que as ideias são organizadas paralelamente, colocando no centro o ponto de destaque”⁶ -, utilizamos dele para estruturar nosso texto. Dessa forma, apresentamos a seguinte estruturação:

- A: v. 1 – Introdução: O povo acampa em Refidim
- B: v. 2-3: Povo sente sede e discute com Moisés
- C: v. 4: Moisés clama ao Senhor
- B’: v. 5-6: O Senhor dá as orientações a Moisés
- A’: v. 7 – Conclusão: Nomeação de Massá e Meribá

Percebemos que existe certa simetria nessa estruturação que propomos. No versículo 1 nos é dado uma introdução, apresentando que o povo havia partido do deserto de Sin, avançando por etapas segundo as ordens do Senhor, porém se deparam com a falta de água ao se estabelecerem em Rafidim (lugar – problema – nome). Avançando

5. Shigeyuki NAKANOSE, *Uma história para contar: A Páscoa de Josias*, 2000, p. 28.

6. *Idem*, p. 31.

para o respectivo versículo simétrico, no versículo 7 temos nesse mesmo lugar em que sentiram sede, o Senhor os dá de beber, recebendo um novo nome o lugar onde o povo murmurou contra Deus – Massá e Meribá, que significa Prova e Contenda (lugar – solução – nome novo).

Da mesma forma, existe simetria entre os versículos 2 e 3 em relação aos versículos 5 e 6. Nos versículos 2 e 3 nos deparamos com o povo que murmura contra Moisés e contra Deus diante da falta de água. O diálogo se dá entre o povo e Moisés, entre aqueles que reclamam pela falta de água e deste que defende a si e ao Senhor: “Por que discutis comigo? Por que pondeis o Senhor à prova?” (Ex 17,2). Também nos versículos 5 e 6 existe um diálogo, porém, este diálogo é entre Moisés e o Senhor. Após a murmuração do povo, Moisés clama ao Senhor e é instruído por Ele. Nesse diálogo, percebemos que Deus mesmo fala com Moisés, dando instruções para que a sede do povo fosse saciada, demonstrando que Ele mesmo estaria lá, sobre o rochedo (Cf. Ex 17, 6).

Percebemos que a simetria existente no texto nos encaminha para ponto principal. Lendo o versículo 4, notamos que é Moisés quem clama ao Senhor em favor do povo, somente a ele foi dado o privilégio de ser ouvido por Deus e por Ele atendido. Apesar das reclamações do povo, é pela boca de Moisés que Deus escuta e provê junto à necessidade da falta de água. Aqui percebemos que a partir do momento que Moisés se dirige a Deus o povo é atendido em sua necessidade.

2.2.1 Aprofundando a mensagem central do texto

No governo teocrático pós-exílico foi fortalecido o sistema de culto do Templo e a teologia do puro e impuro. Na teologia do puro e impuro, “a pessoa impura fica impedida de participar da vida comunitária e do culto no Templo, a morada exclusiva de Javé, o Deus único”⁷, no entanto, para voltar a participar da sociedade e do Templo era preciso um sacrifício de purificação, que incluía também a entrega de ofertas para os sacerdotes do Templo (Cf. Lv 11-15). Dessa forma, a principal fonte de arrecadação de tributos para a manutenção da teo-

7. Maria Antônia MARQUES; Shigeyuki NAKANOSE, *op. cit.*, p. 66.

cracia em Jerusalém foi o Templo, tendo o compromisso de repassar ao império persa uma parte dessa arrecadação.

Com essa obrigação do pagamento do tributo ao Templo, o povo começa a reclamar, especialmente os camponeses pobres, que devido a essa exigência estavam passando fome. Nesse período, percebemos que numerosas eram as queixas contra o Templo, uma vez que este se tornou instrumento econômico para o governo e de opressão para o povo. É nesse mesmo período que temos o processo de redação final do livro do Êxodo, que sofreu influência desse contexto histórico.

A imagem do sacerdote representava a imagem do próprio Deus, não devendo ser questionado e nem contrariado. A mensagem central de nosso texto quer legitimar essa imagem do Sacerdote e da Lei, que não devem ser colocados em questão, mas pelo contrário, devem ser obedecidos.

Percebemos em muitos textos, cujas redações finais se deram nesse mesmo período, a importância da obediência à Lei, como condição para uma vida próspera, abençoada. Aqui temos a presença da teologia da retribuição, na qual, quem obedece a lei será abençoado, possuindo tudo em fartura. “Feliz o homem que teme o Senhor e que ama os seus mandamentos. Sua linhagem é poderosa sobre a terra, a geração dos homens retos será abençoada. Há nele bens e riquezas, e sua justiça subsiste sempre” (Sl 112,1-3).

Também a imagem do Templo é salientada, uma vez que a água que sacia a sede do povo, sai do rochedo, sobre o qual o Senhor estava de pé. Fazendo uma leitura do texto de Ezequiel 47, podemos perceber uma certa semelhança entre a água que sai da rocha e a água que sai do Templo, água que é fonte de vida, mas também de bênção e abundância.

No entanto, para conter a revolta do povo que estava contra o governo teocrático, era preciso utilizar da história já conhecida para dar um novo rumo na história presente, legitimando, assim, o poder do sacerdote e da Lei, demonstrando, que era necessário um mediador, assim como foi Moisés, para que o povo, obedecendo à Lei, sentisse que estava obedecendo à vontade de Javé e não mais fosse contrário às decisões dos que governavam o Templo.

2.2 Análise semântica

Ao escrever, os autores partem dos valores sociológicos e linguísticos de seu período, utilizando expressões, frases e palavras que conduzem o texto conforme seu objetivo. Para tanto é necessário analisar as palavras que têm maior destaque no texto, a fim de descobrir seu real significado, dessa forma analisaremos as palavras deserto, água, murmuração e rochedo, para melhor compreensão do texto.

2.2.1 Deserto: encontro entre o ser humano e Deus

Na Bíblia um termo muito utilizado que designa deserto é *midbar*, oriundo do hebraico, podendo ser traduzido como estepe, planície semiárida e também por terra não habitada. Também existem outros termos hebraicos que designam deserto, como *yeshîmôn*, *shamem* e *'arabah*, que significam, respectivamente: ermo ou deserto (1Sm 23, 19.24; 26, 1.3); deserto ou devastado (Ez 6, 6; Jl 2, 3); e planície desértica ou estepe (1Cr 5, 9; Jó 38, 26; Sl 78, 17)⁸.

Conforme o imaginário do povo judeu, o deserto é lugar de encontro entre o ser humano e Deus. É no deserto que se faz a experiência do divino caminhando junto ao humano, causa da sobrevivência do povo no deserto, pois Javé estava junto dele. “Deserto é lugar para retomar o projeto da aliança: ‘conduzi-la-ei ao deserto e falar-lhe-ei ao coração’ (Os 2,16)”⁹.

Temos nos livros do Êxodo e dos Números as narrativas mais importantes acerca do deserto (Ex 15, 22-17,15; Nm 10, 33-22,1; 33, 1-49). É importante salientar que essas narrativas foram construídas a partir das rotas comerciais utilizadas na época e tiveram diversas interpretações, tornando-se, assim, significativa para a concepção religiosa e simbólica do povo de Israel.

2.2.2 Água: fonte de vida

Na teologia bíblica a água tem dois aspectos que nos parecem

8. Cf. Maria Antônia MARQUES; Shigeyuki NAKANOSE, *op. cit.*, p. 34-35.

9. *Idem*, p. 33.

contraditórios: ela é fonte de vida, de bênçãos, sinal da presença de Deus - como veremos neste ponto -, mas também é sinal de caos (Gn 1) e destruição (Gn 6 – 8). Ambas compreensões acerca da água decorrem da experiência vivenciada pelo povo de Israel.

Para o povo judeu, a água é essencialmente fonte de vida, necessária para a vida cotidiana, bem como para a atividade agrícola (Ex 15, 22; Dt 8, 6-15; 11,10-11). Dessa forma, eles organizavam seus assentamentos com base na disponibilidade de água.

Em geral, nos locais montanhosos e, sobretudo, na Palestina, os habitantes e suas criações “eram dependentes das chuvas, dos orvalhos e fontes próximas”¹⁰, pois a irrigação não provinha dos grandes rios como ocorria no Egito. O problema da água para eles se dava no fato de que os riachos e pequenas fontes secavam completamente após o término das chuvas. Assim, é normal que os habitantes da Palestina e dessas regiões montanhosas, “que presenciavam a seca tão de perto e as vezes sofriam suas consequências, desse, tanta importância para a água e que vissem nela o símbolo da vida”¹¹.

A água foi motivo de disputa entre muitos povos, exatamente pela sua importância na manutenção da vida (Gn 26,18-22). As secas que assolavam frequentemente o povo, representavam uma tragédia para a agricultura e a criação de animais (1Rs 18,1-2.5).

Devido a busca por um bom suprimento de água, as melhores áreas do Crescente Fértil passaram a ter uma superpopulação. “Os arqueólogos descobriram que uma boa nascente era um fator determinante na decisão da localização de um assentamento. Os reservatórios ou tanques das cidades, como também as cisternas particulares, eram cavados para conservar a água tanto para um uso normal, quanto para o caso da cidade sofrer um cerco por parte de inimigos”¹².

Na Sagrada Escritura a água é mais frequentemente mencionada do que qualquer outro recurso material. Foi reconhecida como essencial ao homem (Gn 21,14-15) e necessária ao corpo humano (Jr 38,6; Jo 19,28), além de sua especial importância na agricultura e na pecuária.

10. Alice W. WONDER, “Água”, in *DICIONÁRIO bíblico Wycliffe*, 2007, p. 47.

11. L. MONLOUBOU, F. M. Du BUIT, “Água”, in _____, *DICIONÁRIO bíblico universal*, 1996, p. 13.

12. Alice W. WONDER, *op. cit.*, 2007, p. 47.

2.2.3 Murmuração: oposição ao projeto de Javé

Lûn é o termo hebraico utilizado em várias histórias em que vemos a murmuração. No livro dos Números, tal termo “indica rejeição da autoridade de Moisés e da salvação de Javé”¹³. “Todos os filhos de Israel protestaram contra Moisés e Aarão; a comunidade inteira lhes disse: ‘Oxalá tivéssemos morrido na terra do Egito! Oxalá tivéssemos morrido nesse deserto!’” (Nm 14, 2).

Percebemos que no Antigo Testamento, murmurar significa persistente reclamação, reinvidicação, descontentamento, questionamento. A murmuração esteve presente em toda a caminhada no deserto, o povo, mesmo diante dos grandes feitos de Javé, murmurava contra ele.

Várias vezes o povo murmura contra Deus, se opondo, assim, ao projeto salvífico dele libertador. No texto das águas de Massá e Meribá, a murmuração no deserto representa a oposição do povo em relação ao governo teocrático, vigente no pós-exílio.

2.2.4 Javé: a rocha da salvação

No Antigo Testamento temos duas palavras hebraicas que designam rocha: *sela'*, “rochedo, penhasco” e *sur*, “parede rochosa, penhasco; grande pedaço de rocha, seixo”. Em grego, a palavra *petra* também é traduzida como rocha. “A rocha simboliza o refúgio certo; sólida e imutável, é também símbolo de estabilidade”¹⁴.

Para a tradição judaica, Deus é mencionado como rocha ou rochedo de refúgio (2Sm 22, 2), uma fortaleza (Sl 18, 2; 62, 3; 71, 3; 95, 1), como a “rocha da minha salvação” (Sl 89, 27) e também como a Rocha de Israel conforme o cântico de Moisés (Dt 32, 4.15.18.31)¹⁵.

No Novo Testamento, particularmente em 1Cor 10, 4, Paulo afirma que o rochedo acompanhava o povo em sua caminhada no

13. Maria Antônia MARQUES; Shigeyuki NAKANOSE, *op. cit.*, p. 31.

14. L. MONLOUBOU, F. M. Du BUTT, “Água”, in _____, *DICIONÁRIO bíblico universal*, 1996, p. 693.

15. R. Allan KILLEN, “Água”, in _____, *DICIONÁRIO bíblico Wycliffe*, 2007, p. 1683.

deserto, fornecendo água a eles. Paulo se inspira numa tradição rabínica para afirmar que o rochedo de Nm 20, 8 seguia Israel. Nesse mesmo trecho da carta aos coríntios, Paulo afirma que “este rochedo era Cristo”, atribuindo a Cristo a figura de rocha, a mesma rocha que seria rejeitada por Israel e se tornaria pedra angular por ocasião de sua ressurreição.

Nessa segunda parte de nosso estudo, fizemos o movimento de aproximação do texto, conhecendo os sentidos escondidos atrás das palavras. Assim, pudemos ter um retrato da literatura presente no texto de Ex 17,1-7, desmistificando assim a visão mágica do bastão de Moisés que ao ser batido na rocha faz sair água, conforme dissera Javé, mas compreendemos o que de fato o autor queria dizer ao escrever esse texto. Sabemos que o povo murmurou, mas é preciso saber também os motivos que o levou a murmurar, por isso, agora vamos nos aproximar da vida do povo de Israel, como viviam e porque murmuravam, tendo assim, um retrato do contexto social do período.

3. De oprimido a opressor: A sociedade em que Êxodo 17,1-7 foi escrito

A sociedade em que um texto foi escrito influencia na mensagem que ele traz. A mensagem do texto em estudo tem o intuito de legitimar a figura do sacerdote, sendo ele o único mediador entre Deus e o homem. “Moisés clamou ao Senhor: ‘Que devo fazer por este povo? Mais um pouco, e vão me apedrejar’” (Ex 17, 4).

Sabemos que o texto foi escrito no pós-exílio, período em que o sistema de governo era o teocrático, assim quem governava era o sacerdote. No texto vemos o povo murmurando contra Moisés, representando a Lei e o sacerdócio daquele período. Tal legitimação foi necessária pois o povo murmurava contra o sistema teocrático. Diante de tal situação surge uma pergunta: Por que o povo de Israel murmurou contra o sistema de governo vigente? Como estava a vida daquele povo, para estar insatisfeito? Aquele povo que protestava contra o sistema teocrático, assim fez porque reconheceu a opressão a qual vivia.

3.10 Uma terra em conflitos

Após a tomada de Judá pela Babilônia, vemos uma desestruturação da cidade. A cidade é devastada e o Templo destruído, devastando também a identidade daquele povo. Pela história, tomamos conhecimento que a terra de Judá muito sofreu devido às ameaças de invasões, fazendo assim alianças por proteção, alianças que resultaram em tributos pagos à nação protetora.

Com o exílio babilônico, outros povos tomaram posse das terras daqueles que foram deportados, sendo assim causa de conflito no período de retorno do exílio. O povo que permaneceu em Judá continuou com sua vida cotidiana. A terra de Judá passou a ser uma terra habitada também por estrangeiros.

Em vista de não perder sua identidade, aqueles que foram exilados na Babilônia “ênfaticamente certas práticas características que podiam ser seguidas em terra estrangeira”¹⁶. Retornando para Judá, esses que haviam sido exilados permaneceram distantes dos povos estrangeiros e dos judeus que lá permaneceram, aumentando assim o conflito entre eles. Nem todos queriam a reconstrução do Templo, porém, quando foi oferecida a ajuda dos samaritanos, ela foi recusada.

Muitos conflitos sociais se deram em Judá, além de outros que se iniciaram pelas leis impostas pela religião, como o casamento misto. A construção do Templo e a fortificação das muralhas de Jerusalém foram motivos de conflito, uma vez que a sociedade camponesa se viu sacrificada para que tais empreendimentos pudessem ser realizados.

3.2 Um governo sustentado pela “oferta” do povo

De forma breve, vimos anteriormente a consolidação da teocracia no Templo e nos foram apresentadas as novas práticas cultuais. Práticas que se tornaram fonte de arrecadação do sistema teocrático. Dessa forma, o sumo sacerdote passou a ser, além de chefe do culto, responsável por “administrar a comunidade judaica nas decisões po-

16. Luis Vegas MONTANER, “Terra de nostalgia e de reencontro”, in Luis Fernando Girón BLANC (org.), *Israel, uma terra em conflito*, 2000, p. 49.

líticas e sociais”¹⁷.

O poder se encontra centralizado nas mãos dos sacerdotes associados ao império Persa e para se aproximar de Javé era preciso cumprir a Lei que exige os sacrifícios de purificação. Com isso, percebemos a multiplicação dos sacrifícios e a consolidação da teologia da retribuição, na qual, quem se mantém fiel à Javé será abençoado em forma de riquezas e posteridade.

3.2.1 As exigências do culto

O sistema teocrático era sustentado pela oferta que o povo trazia ao Templo. Não era uma oferta espontânea, mas feita em vista do cumprimento da Lei. A arrecadação do tributo a Javé foi sustentada como vontade dEle, como necessário para uma vida de bênçãos e abundância. Dizer que é vontade de Javé se tornou uma nova forma de oprimir o povo. Faz-se necessário dar algo a Javé para se obter uma vida boa. Javé se tornou fonte de riquezas e bênçãos para aqueles que a Ele era fiel, dando ao Templo o tributo exigido.

O templo siro-palestino, assim como os demais templos, não possuía posses de terras e nem escravos, mas acolhia as festas e era responsável pela administração dos sacrifícios “com o afluxo das contribuições e das vítimas e com a repartição das carnes entre os participantes. Recebia ofertas que em partes eram entesouradas”¹⁸. O templo babilônico recebia taxas, isto é, décimas, para os serviços cultuais. Com esses modelos de templos, sob a influência persa e babilônica, que o governo teocrático consolidou sua organização no templo, exigindo assim, tributos, ofertas para o Templo.

A centralização do culto no Templo de Jerusalém fortaleceu as exigências rituais. Somente era permitido o culto a Javé, segundo as prescrições do Templo, assim, legitimando a oferta material ao Templo.

17. Maria Antônia MARQUES; Shigeyuki NAKANOSE, *A caminhada no deserto: entendendo o livro do Êxodo 15,22-18,27*, 2011, p. 67.

18. Mario LIVERANI, *Para além da Bíblia: história antiga de Israel*, 2008, p. 394.

3.2.2 A multiplicação dos sacrifícios

Como vimos, novas exigências foram feitas para a realização do culto no templo. Com a teologia do puro e impuro, para se voltar à vida comunitária e à prática cultural no Templo, era preciso fazer um sacrifício de purificação, dessa forma uma multiplicação de sacrifícios foi exigida para a participação no Templo, estas com suas exigências próprias: holocausto (Lv 1); oferta vegetal (Lv 2); sacrifício de paz (Lv 3); sacrifício pelo pecado (Lv 4) e sacrifício de reparação (Lv 5, 14-26).

Cada qual desses sacrifícios possuíam prescrições específicas rituais, explicitando qual deveria ser o animal para o sacrifício e como deveria se encontrar para que o sacrifício fosse aceito.

O templo se tornou lugar de exploração, sobretudo, porque conforme as exigências para o culto até mesmo a moeda para compra da oferenda deveria ser trocada no próprio Templo. Contudo, tudo isso foi possível a partir da ideologia religiosa presente na mente daqueles que buscavam restituir a identidade do povo de Israel, impondo leis que seu cumprimento resultava na oferta de sacrifícios no Templo.

3.3 A teologia do puro e impuro

Sob uma ordem de Javé se institui a teologia do puro e impuro, a qual temos contato no livro do Levítico no capítulo 11. Nesse capítulo, percebemos as normas de alimentação, com as devidas proibições alimentares, que se desobedecidas tornam a pessoa impura. Não podendo, assim, consumir animais como camelo, hiráce, lebre e porco, além da prescrição de não comer desses animais, também não se deve tocar em seus cadáveres (Cf. Lv 11, 4-9); dos animais aquáticos não se pode consumir daqueles que não possuem nem escamas e nem barbatanas, da mesma forma, o consumo e o contato com seu cadáver pode tornar a pessoa impura (Cf. Lv 11, 10-11); dentre as aves não se deve comer a águia, o urubu, a águia-marinha, o milhafre, as diversas espécies de abutres e de corvos, o avestruz, a coruja, a gaivota, as diversas espécies de gaviões, os mocho, o alcatraz, a coruja uivante e a da torre, a gralha, a cegonha, as diversas espécies de garças,

a poupa e nem o morcego, também é proibido o consumo dos insetos alados e que andam sobre quatro patas, com algumas exceções (Cf. Lv 11, 13-23).

Não somente os alimentos podem tornar alguém impuro, mas também o contato com líquidos internos do corpo, como esperma, sangue e saliva¹⁹. Também a lepra é sinal de impureza. Contudo, percebemos que conforme o sistema teocrático consolidado, muitas leis e normas, conjuntamente são consolidadas, com a finalidade de organizar a sociedade. Assim como o Templo reconstruído, estava em curso a reconstrução da identidade do povo de Israel que se perdeu com o exílio da Babilônia. As normas e leis instituídas serviram para controlar a comunidade de Judá, centralizando no Templo o culto. Assim, o Templo lugar de cumprimento de leis e não de encontro com o Senhor.

De povo oprimido, arrasado pela devastação de Jerusalém e pela destruição do Templo, o mesmo povo se torna opressor quando retorna do exílio. Se outrora eram escravos, agora tornam outros escravos, exigindo tributo ao Templo e passando a imagem de um Deus vingador e inacessível. Um novo sistema opressor é edificado, esquecendo a vida frugal do povo que não foi para a babilônia como exilado, mas multiplicando as leis, a fim de ter uma sociedade controlada e centrada no templo.

Como veremos adiante, o povo oprimido reconhece a opressão sofrida, e clama ao Senhor. A realidade de quem é explorado não pode ser indiferente aos olhos de Javé, o Deus de Israel, que luta com o povo. Javé escuta e atendo o clamor de seu povo, dos pequeninos.

4. A terra cujo fruto se tornou oferenda: O cotidiano do povo oprimido

Sabemos que normalmente a história não é contada do ponto de vista do oprimido, mas do opressor. O texto que estamos estudando não é diferente, como percebemos nos tópicos anteriores, o intuito da mensagem não era revelar que a sede do povo foi saciada por Deus, mas legitimar a figura do sacerdote por meio da figura de Moisés.

19. Cf. Mario LIVERANI, *op. cit.*, p. 430.

Neste tópico, nos distanciaremos da mensagem que queriam transmitir, não nos pautaremos na figura do sacerdote no Templo, mas nos deteremos na vida do povo, daqueles que com suas ofertas e sacrifícios foram responsáveis pelo sustento da sociedade, daqueles que cuidaram da terra e dela tiraram seus frutos que se tornaram oferenda, daqueles que viram os cordeiros nascer e os sacrificaram no Templo.

4.1 Do exílio ao seu retorno

Sabemos que os exilados na Babilônia não representavam a totalidade do povo de Judá, ao contrário, era um pequeno grupo composto pelo rei e seus familiares e aqueles que estavam ligados a corte; o povo que ficou continuou com sua vida. Novos povos se achegaram a Judá, formando, assim, uma nova nação. Nação agora formada pelos povos de outras terras, que se casaram e formaram famílias com aqueles que ali permaneceram.

Com o retorno dos exilados da Babilônia, a vida mudou não somente para aqueles que retornaram, mas também para aqueles que permaneceram. O povo que voltava do exílio queria tomar posse novamente da terra, intitulado a si mesmo como a nação pura, os verdadeiros herdeiros daquela terra, pois não tinha se contaminado dando-se em casamento aos estrangeiros. Com isso inicia as exclusões, sobretudo, na reconstrução do Templo. “Este tipo de conflito entre os que viveram no exílio e agora regressavam com o apoio do governo persa e os que permaneceram no país explica o grande interesse nos textos desta época pela pureza racial. As genealogias eram armas que os exilados esgrimavam contra os israelitas do país”²⁰.

4.1.1 A reconstrução do Templo e as regras da religião

Durante o tempo do exílio e com a destruição do Templo de Jerusalém pelos babilônicos, o povo que ficou em Jerusalém continuou fazendo o culto em suas casas. Não havendo mais o Templo, a casa se tornou lugar para oração.

Com a reconstrução do Templo, a vida daquele povo mudou,

20. Jorge PIXLEY, *A história de Israel a partir dos pobres*, 1990, p. 93.

novas leis foram impostas, o culto foi centralizado no Templo e a exclusão aumentou. Quem não era judeu, não podia participar do culto, para tanto, era preciso fazer sacrifícios de purificação, pois a teologia do puro e impuro era a ideologia daquele período.

Quando Esdras promulga a lei de Moisés, ele próprio legitima o poder do Templo. Para aqueles que não foram exilados e que se casaram com estrangeiros foram impostas normas que demonstravam que estavam impuros, por misturarem a raça do povo escolhido com outras raças. Dessa forma proibiram os casamentos mistos (Cf. Ex 34, 16; Dt 7, 3) e dando o direito do divórcio aos que já se encontravam casados com estrangeiros (Cf. Esd 9-10).

As regras da sociedade eram ditadas pelo governo do Templo. A religião que deveria religar o homem a Deus, afastava, pois a imagem de Deus transmitida pelos responsáveis era de um Deus distante, um Deus semelhante aos reis que oprimiram o povo de Israel. Aqueles que outrora foram oprimidos se tornaram opressores.

Contudo, diante da opressão que sofriam, o povo passou a protestar contra o Templo, percebeu a opressão imposta e buscou mudar a situação. Por isso foi escrito o texto que agora investigamos. O contexto social e também do cotidiano do povo deste período em que o texto escrito foi finalizado apresenta certa semelhança com o contexto que nós vivemos atualmente. Aqueles que nos governam dificultam cada vez mais a plenitude da vida. A saúde não é boa, a educação é alienante, aumentam os tributos e diminuem os proventos do trabalhador. Na medida em que crescem os zeros nas contas bancárias do governo, aumenta também a fome, a miséria, a desigualdade. Tudo o que podem os governantes retiram do povo. Mesmo tendo sua dignidade assaltada, o povo ainda tem esperança, clama por justiça, assim, como o povo oprimido, clamam aos céus para que a justiça aconteça.

5. O grito dos oprimidos: a voz do povo numa sociedade opressora

Embora o texto que estudamos tenha como intuito legitimar a figura do sacerdote e da Lei, podemos fazer sua leitura a partir da vida do povo, que no ponto anterior tivemos contato com seu cotidiano, este que diante da situação de opressão clamou a Deus.

5.1 Realidade de exploração

Atualmente vivemos numa sociedade exploradora, que oprime o mais pobre e privilegia o mais rico. Para a elite, vantagens são concedidas, e para o povo simples, que busca “o pão de cada dia”, recebe como benefício a exploração.

No Brasil, temos cerca de noventa tributos²¹, os quais são cobrados de diversas formas, entre eles impostos, contribuições, taxas e contribuições de melhorias, que deveriam voltar em forma de benefícios para o povo, mas o que vemos é algo diferente. Esse dinheiro é direcionado para o bolso daqueles que deveriam governar o país, mas que na verdade só praticam a corrupção, aproveitando dos tributos vindos do povo para enriquecer seus cofres.

Vemos um castelo de corrupção ser construído sobre o suor e sobre o trabalho do povo. Muitas pessoas morrem sem ao menos conseguir receber sua aposentadoria. Tantos outros, antes mesmo de receber seu salário, já o comprometeram devido ao seu baixo valor e utilizado para os gastos com família, moradia e saúde.

A saúde está comprometida, falta médico e remédio. O que vemos é a superlotação nos hospitais, pessoas morrendo nas filas de esperas e quando conseguem atendimento, não tem nem um leito digno para ser cuidada. A educação visa a alienação, quanto menos o aluno saber, melhor cidadão ele se tornará, pois não conseguirá refletir e lutar pelos seus direitos.

5.2 Voz que clama por justiça

Só é capaz de clamar por justiça aquele que percebe a injustiça que vive. No atual cenário de nosso país também clamamos para que a justiça seja feita. Assim como o povo murmurou no deserto contra Moisés, também nós devemos clamar contra as injustiças que vivemos. De boca fechada ninguém é ouvido.

Deus se faz ouvir por meio daqueles que se comprometem com

21. Cf. PORTAL TRIBUTÁRIO, *Os tributos no Brasil (online)*, 2017, disponível em <<http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>>, acesso em: 01 de novembro de 2017.

seu Reino. Existem sim, pessoas comprometidas que visam o bem do próximo, que se colocam a disposição daqueles que estão à margem da sociedade, à margem da vida “em abundância” (Jo 10,10b), vida digna de um ser humano. “Firmemo-nos na opção de ultrapassar o mero assistencialismo e de clamar por justiça, como caminho para a paz”²².

Em muitos momentos críticos de nossa história, vimos o descontentamento do povo brasileiro, que não se calou diante da opressão, diante da ameaça contra a vida. Temos muitos expoentes dentro da Igreja, que diante da situação de opressão se fez voz com o povo, homens e mulheres que não se fecharam em seu comodismo, mas saíram ao encontro da voz que clamava, foram um com os oprimidos, aceitando, assim, a sua nobre causa.

5.3 Deus ouve o clamor do Seu povo

Assim como Moisés foi instrumento da ação de Deus para aquele povo, Deus também usa de pessoas para serem sinais de seu amor. Vemos homens e mulheres que sem interesse nenhum doam suas vidas em favor dos outros. São pessoas que são os ouvidos de Deus, que escutam o clamor dos menos favorecidos, oprimidos e marginalizados e se colocam a serviço. Que não medem esforços, mas lutam incessantemente para que a justiça seja feita. São os bons samaritanos de nossos tempos.

Deus não precisa de mãos humanas para se revelar ou para agir, mas utiliza dos homens e mulheres de nossos tempos para que o Reino aconteça. O mandamento do amor revela a opção preferencial pelo próximo, pelo outro. O amor por Deus passa pelo amor ao próximo.

Contudo, Deus ainda inspira homens e mulheres para serem como Moisés, para ferirem a pedra da morte, da opressão para que jorre a vida para todos que não a possuem com dignidade. Francisco de Assis, Teresa de Calcutá, irmã Dulce entre muitos outros, canonizados ou desconhecidos, ouviram a voz dos pobres elevando a Deus o clamor de quem nada tinha, de quem tudo foi tirado, sendo para

22. Hélder CÂMARA, *O deserto é fértil: roteiro para as minorias abraâmicas*, 1977, p. 64.

eles a claridade da fonte da Luz, permitindo que o coração de Deus batesse em seu peito, ferindo a rocha e matando a sede de justiça.

Considerações finais

O contato com a sociedade em que o texto foi escrito e com o cotidiano do povo, alargou a compreensão do porque o texto foi escrito, sobretudo em relação à mensagem contida nele. O povo murmurou contra o governo do Templo, mas teve um motivo, motivo justo, pois aqueles que um dia foram oprimidos se tornaram opressores. Sacrificando não somente os animais, mas também o povo.

Diante da reclamação do povo escreveram o texto de Ex 17, 1-7, legitimando a imagem do sacerdote, buscando explicitar que quem murmurava contra o sacerdote, murmurava contra Deus. “Por que discutis comigo? Por que pondeis o Senhor à prova?” (Ex 17, 2) Vemos nisso uma atitude desonesta, na qual reescreveram a história com a finalidade de justificar seus atos.

Este conhecimento que obtivemos no aprofundamento do texto bíblico é importante para não fazermos do mesmo um instrumento de opressão. Vemos, em nosso tempo, a multiplicação de pregadores que fazem do texto bíblico um meio de enganação, fundamentando nas páginas da Bíblia curas e libertações segundo sua vontade, com a finalidade de encher suas contas bancárias. Esse conhecimento nos auxilia a levar para o povo uma mensagem que de fato os libertem de suas situações.

Contudo, a Palavra de Deus é luz que ilumina a realidade, não pode ser instrumento de opressão e de escravização. A partir da mensagem do texto, mesmo legitimando a atitude opressora do sacerdote, tiramos uma mensagem de esperança para nossos dias. O que o povo judeu um dia viveu, também vivemos hoje, somos sugados por um governo que visa somente o lucro do Estado, não para fazer o bem para o povo, mas para aumentar o roubo que os governantes praticam. No entanto, é preciso clamar, soltar a voz, deixar que a sede de justiça fale mais alto e se verbalize diante de uma sociedade opressora, sanguessuga, gritar para que a voz seja ouvida. O silêncio diante da opressão não muda a realidade, clamar, gritar, faz-se necessário, uma hora alguém vai ouvir.

Referências

- CÂMARA, Hélder. *O deserto é fértil: roteiro para as minorias abraâmicas*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.
- KILLEN, R. Allan. “Rocha”. In PFEIFFER, Charles F.; VOS, Howard F.; REA, John. *Dicionário bíblico Wycliffe*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2007, p. 1682-1683.
- LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia: história antiga de Israel*. São Paulo: Loyola; Paulus, 2008.
- MARQUES, Maria Antônia; NAKANOSE, Shigeyuki. *A caminhada no deserto: entendendo o livro do Êxodo 15,22-18,27*. São Paulo: Paulus, 2011.
- MONLOUBOU, L.; BUIT, F. M. Du. “Água”. In _____. *Dicionário bíblico universal*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; Aparecida: Editora Santuário, 1996, p. 13-15.
- _____. “Rocha”. In _____. *Dicionário bíblico universal*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; Aparecida: Editora Santuário, 1996, p. 693.
- MONTANER, Luis Vegas. “Terra de nostalgia e de reencontro”. In BLANC, Luis Fernando Girón (org.). *Israel, uma terra em conflito*. São Paulo: Paulinas, 2000, p. 47-66.
- NAKANOSE, Shigeyuki. *Uma história para contar: A Páscoa de Josias*. São Paulo: Paulinas, 2000, p.13-62.
- PIXLEY, Jorge. *A história de Israel a partir dos pobres*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- PORTAL TRIBUTÁRIO. *Os tributos no Brasil (online)*, 2017. Disponível em <<http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>>. Acesso em: 01 de novembro de 2017.
- WONDER, Alice W. “Água”. In PFEIFFER, Charles F.; VOS, Howard F.; REA, John. *Dicionário bíblico Wycliffe*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2007, p. 47-48.